

**A MISSÃO ABBINK NA BAHIA: EXPECTATIVA DE INTELLECTUAIS BAIANOS SOBRE O CAPITAL NORTE-AMERICANO (1948-1950)<sup>i</sup>**

MISSION ABBINK EN BAHIA: EXPECTATIVA DE INTELLECTUALES EN BAHIA SOBRE EL CAPITAL ESTADOUNIDENSE (1948-1950)

THE ABBINK MISSION IN BAHIA: EXPECTATIONS OF BAHIA'S INTELLECTUALS ABOUT NORTH AMERICAN CAPITAL (1948-1950)

DOI: 10.22481/rbba.v11i02.11201

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco  
Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2178-365X>  
ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5454532709665270>  
Endereço eletrônico: [lpbpacheco1@uefs.br](mailto:lpbpacheco1@uefs.br)

**RESUMO**

Após a Segunda Guerra Mundial, o interesse dos Estados Unidos na América Latina envolveu ações de pesquisa, que visavam, entre algumas expectativas acadêmicas, compreender quais seriam as áreas com potencial para investimento do capital na região. As pesquisas foram vistas com desconfiança por empresários e intelectuais brasileiros e, na Bahia, não foi diferente. Discuto, nesse artigo, a Missão Abbink (1948) e sua repercussão intelectual entre pessoas como Inácio Tosta Filho, Thales de Azevedo e outros, como Carlos Mariguella. Tais personagens produziram opiniões em periódicos para mostrar maneiras de compreender como o capital norte-americano trataria com setores mais “tradicionalistas” da economia baiana, ou o refutaram completamente. Os textos aqui utilizados são extraídos do Jornal A Tarde, O Jornal e Correio da manhã, O Momento e Revista Problemas. A análise desses textos é feita a partir das metodologias da História Intelectual e da História Política, mediada pelas

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 11	Num. 2	Dez/2022	p. 05-26
----------------	------------------------------------------------------------------	---------	--------	----------	----------

propostas de observação do Estado Ampliado e da ação dos intelectuais, circunscritas na obra de Antônio Gramsci. As mobilizações dos agentes de governo e da diplomacia de Estado expressou projetos que entraram em conflito com as oposições e planos erguidos no âmbito da sociedade civil – Estado – em aparelhos privados de hegemonia, vistos aqui em instrumentos de produção de saber e de ciência, que indicaram ou colaboraram com outros projetos de defesa de interesses de classes.

**Palavras-chave:** Missão Abbink. Intelectuais. Pós-Guerra.

### RESUMEN

Después de la Segunda Guerra Mundial el interés de Estados Unidos por América Latina implicó acciones de investigación, que apuntaban, entre algunas expectativas académicas, cuáles serían las áreas con potencial para la inversión de capitales en la región. Las investigaciones fueron vistas con desconfianza por los empresarios e intelectuales brasileños y, en Bahía, no fue diferente. En este artículo, discuto la Misión Abbink (1948) e sus repercusiones intelectuales entre personajes como Inácio Tosta Filho, Thales de Azevedo y otros, como Carlos Mariguella. Thales personajes produjeron opiniones en los periódicos para mostrar formas de entender como el capital estadounidense trataría con sectores más tradicionales de la economía bahiana, o lo desmentían por completo. Los textos utilizados aquí están extraídos del Jornal A Tarde, Correio da Manhã, O Momento e Revista Problemas. El análisis se basa en las metodologías de la Historia Intelectual e de la Historia Política, mediadas por propuestas de observación del Estado Ampliado y de la acción de los intelectuales, circunscritas en la obra de Antônio Gramsci. Las movilizaciones de agentes gubernamentales y de la diplomacia de Estado expresaron proyectos que chocaban con la oposición y planes contruídos en el ámbito de la sociedad civil – el Estado – en aparatos privados de hegemonia, vistos aquí en instrumentos de producción de conocimiento y ciencia, que indicaban o colaborado con otros proyectos en defensa de los intereses de clase.

**Palabras clave:** Misión Abbink. Intelectuales. Posguerra.

### ABSTRACT

After the Second War, the U. S. points about Latin America involved research actions, which aimed, among some

academics expectations, indicate which areas had potentials for capital investment. The surveys were viewed with distrust by Brazilian businessmen and intellectuals and, at Bahia, it was not different. In the article, I discuss the Abbink Mission (1948), and its intellectual repercussion, for people like Inácio Tosta Filho, Thales de Azevedo and others, like Carlos Mariguella. Each of those persons produced opinions write in daily newspapers, to show ways to understanding how North American capital to engage with traditional sectors of the Brahian economy or completed refuted it. The texts used here are extracted from Jornal A Tarde, O Jornal and Correio da Manhã, O Momento and from the Revista Problemas. The analysis of texts are based on the methodologies of Intellectual History and Political History, mediated by proposals for observing the Expanded State and the action of intellectuals, circumscribed in the Antonio Gramsci perspectives. The government agents and diplomacy expressed projects with divergent views that the civil society have built – the some State – in privative apparatuses of hegemony, seen here in instruments for the production of knowledge and science which indicated or collaborated with other projects in defense of class interests.

**Keywords:** Abbink Mission. Intellectuals. Post War.

## **COMPREENSÕES SOBRE AS COMISSÕES TÉCNICAS NO FINAL DA SEGUNDA GUERRA**

As relações entre Brasil e Estados Unidos no pós-guerra, segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2011, p.46), passaram por instabilidades que foram geradas por expectativas de ambos os países quanto ao modo como as diplomacias e os agentes ligados ao governo interpretaram os fatores de desenvolvimento do país no contexto. Após o término da Segunda Guerra Mundial, a apresentação de soluções para os problemas sociais da América Latina foi uma das preocupações temáticas dos funcionários do Departamento de Estado norte-americano, juntamente com o anticomunismo e a discussão de vias crescimento do capital para o continente (SHOULTZ, 2000; BANDEIRA, 2011). A noção de “pobreza” latino-americana ocupava as atenções desses intelectuais que iniciaram debates sobre a localização de setores frutíferos para

o capital norte-americano, um conjunto de ideias sobre um desenvolvimento limitado por uma série de entraves e a tentativa de conexão entre essas avaliações e indicativos de parcerias com os Estados Unidos para investimentos privados e financiamentos de iniciativas no âmbito público que atendessem a essas metas (SHOULTZ, 2000, p.370)<sup>ii</sup>.

Por um lado, o autor indica que nunca houve, da parte dos Estados Unidos, intenção qualquer de desenvolver uma industrialização de base no Brasil, assim também não ocorreu com outros países compreendidos como economias do “Terceiro Mundo”, a não ser que algum elemento de impulso ao fomento dos parques industriais significasse ganhos reais de capital ou vínculos estratégicos políticos importantes para investidores norte-americanos. Mesmo assim, com a presença do presidente Truman no Rio de Janeiro, as expectativas só cresceram. Em 1948, a investigação sobre o crescimento do comunismo não se voltava exatamente com grande preocupação para a América Latina e os entendimentos feitos durante o final da Segunda Guerra e que geraram muitas aproximações entre os partidos de esquerda e ideários americanistas ainda eram uma realidade. O Secretário de Estado, George Kennan, tratava com cautela, porém não indicou ações mais contundentes nesse sentido, além da criação da CIA e da política de investigação que só iniciava seu crescimento (SHOULTZ, 2000).

Antes disso, algumas reuniões importantes, como a Missão Cooke, uma comissão enviada ao Brasil em 1942, a pedidos do próprio governo brasileiro, tratou de relações de investimento aos moldes do governo Roosevelt e indicaram os parâmetros com os quais os empresários e intelectuais brasileiros aprenderam a tratar com a política de aproximação de capitais dos Estados Unidos. A visão do governo e da diplomacia brasileira, de que o Departamento de Estado norte-americano deveria dirigir fundos de financiamento a partir de parcerias bilaterais gerou perspectivas desencontradas. No período final da Guerra, ocorreram, na verdade, em 1948, visitas técnicas orientadas, em comissões movidas por órgãos privados e associações, indo de encontro ao que esperava boa parte do setor empresarial envolvido no processo e de alguns setores intelectuais brasileiros. Ao mesmo tempo, a chamada Missão Abbink, de 1948, fortaleceu uma discussão cada vez mais notória da necessidade de compreensão da forma como ocorreria a abertura para a entrada dos capitais norte-americanos no país (BANDEIRA, 2011). Essa noção, entre os norte-americanos, estava longe das ideias de parceria vinda do trato de governo a governo, que circulavam na divulgação inicial dos trabalhos da comissão – como mostrarei em alguns periódicos. E, de certa forma, criou também um conjunto de interpretações sobre a continuidade da Missão (na Comissão Mista Brasil-

Estados Unidos – 1951), gerando mais debate interno sobre os parâmetros do desenvolvimento nacional com base na interpretação do capital norte-americano.

Nesse contexto, as classes dominantes apresentaram suas divergências sobre o modo como o capital deveria ser investido. Durante o início do governo de Getúlio Vargas, em 1951, a demonstração de que os efeitos daqueles acordos, visitas, seminários, reuniões, ocorridas nos anos anteriores, não geraram os produtos pretendidos pelas solicitações diretas do governo brasileiro, se tornou cada vez mais notória. Assim, indico algumas questões sobre as metas apontadas pelas associações de classe que se fizeram presentes e representantes do lado da Comissão Brasileira, mostrando também uma relativa ausência da Bahia nesse cenário e, depois, a explanação de intelectuais de destaque, no estado, sobre o lugar dos Estados Unidos em suas parcerias produtivas.

Parti do pressuposto de que, alguns personagens, na Bahia, sustentaram-se em uma dinâmica de construção da diplomacia pela via direta entre os intelectuais e seus interesses, onde, não necessariamente, contatava-se a política do governo federal como seu veículo prioritário. Algumas dessas pessoas elaboraram suas redes de intercâmbio cultural por caminhos acadêmicos próprios e desenvolveram suas noções particulares sobre o escopo americanista de entendimento dessas sociabilidades. Tendo como suporte uma série de acordos bilaterais que já ocorriam no âmbito da cultura, intelectuais baianos já haviam viajado e recebido a visita de acadêmicos interessados em pesquisa, associando tais ações científicas a atos de engajamento prático. Para Gramsci, “Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo, dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...), 2) do aparelho de coerção estatal (...).” (GRAMSCI, 2001, p. 21).

A escolha pela abordagem das relações diplomáticas a partir da produção de encontros entre intelectuais acadêmicos e aqueles que são dirigentes em representações de classe pode nos indicar desdobramentos das ações por eles elaboradas e circunstâncias em que inúmeras possibilidades se perderam pelo caminho, projetos e reações, que foram redirecionadas, à medida que se formularam os intercâmbios acadêmicos. Os intelectuais projetaram suas opiniões, que se refletiram em seminários, cursos, contatos e textos escritos, expressando em produtos culturais o desenho desses impasses. Acredito que esse seja um campo interessante para pensar o fomento dos interesses de classe. Tal reflexão se deve aos estudos de Pierre

Bourdieu (2004) a respeito do papel dos intelectuais na organização de redes particulares de aproximação e na disputa que promovem para a defesa de seus próprios interesses. Esse movimento é movido na defesa do campo, mas acompanham embates de posições de classe social.

As pesquisas sobre a Missão Abbink e a montagem da Comissão Mista Brasil –Estados Unidos já apresentam interessantes caminhos nesse sentido. Segundo Nathália Gomes (2022), a Comissão foi montada após as visitas iniciais ao Brasil, direcionando principalmente objetivos técnicos. As propostas de reuniões e cursos se destacaram como a forma mais aproveitada pelos representantes das comissões, diante dos impasses. A assistência “técnica” nesse âmbito foi reconhecidamente a principal resultante do programa vindo do Título IV – do Governo Truman. Para a mesma autora, fica muito evidente que a política da “self-help” norte-americana não se direcionou para financiamentos, mas agiu no sentido de construir aberturas, para que os países parceiros esquadrihassem áreas atrativas para o capital privado. Por esse motivo, se alinharam com a proposta das comissões aqueles grupos mais interessados na iniciativa do capital norte-americano associado. A Missão Abbink foi reconhecida como um momento inicial do programa bilateral por parte dos Estados Unidos e Brasil, no pós-Guerra, em 1948. Entre sua organização e o Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951), as classes dominantes, envolvidas no processo, elaboraram novos projetos de financiamentos, ao invés da expectativa frustrada anterior. Como tema bastante discutido na conjuntura dos governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1951-1954), podemos dizer que as ações da Política Externa norte-americana para o Brasil se deslocaram dos atos de governo e governo e atuaram cada vez mais na expansão de capitais.

O campo de estudos sobre os intelectuais na Bahia, relacionados com as classes dominantes e as disputas de poder político no governo, indicaram que esse sujeito esteve não somente ligado a essa espécie de “elite”, mas se tornaram tradutores de empreendimentos e elaboradores de política de Estado. Ocuparam um lugar de destaque na disputa pela consolidação das ciências sociais no país e como representantes de uma internacionalização da pesquisa. Uma dessas pessoas foi Thales Olímpio Góes de Azevedo (1904-1995), que, por exemplo, reivindicou esse papel político, como demonstraremos, e fez intervenções diretas para interpretar os impasses a respeito das políticas de investimento do capital norte-americano no país. Essa postura considero com sendo uma dentre as versões do “americanismo”<sup>iii</sup> desses autores e destaco que esta concorre com uma noção de desenvolvimento, disputada com lideranças políticas do Sudeste para a definição de melhores acordos para as partes envolvidas.

Com relação à metodologia, podemos dizer que o estudo de interesses empresariais apresentados em documentos e textos de circulação pública tem suas limitações. Essa é uma crítica que vemos em pesquisas mais recentes, como a de Felipe Loureiro (2020), a respeito da política econômica dos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1963). Loreiro alertou para a necessidade de um levantamento em fontes de outro caráter, como cartas, notas que apontam para circulação interna de ideias e em especial, poderiam indicar melhor as divergências internas a cada grupo. Mas arrisco que, no limite desse espaço, vale à pena oferecer alguma leitura a partir de periódicos, para mostrar a participação (ou alguma ausência, afastamento) dos empresários baianos no processo. Ainda assim, arriscamos detectar parte dessas leituras pela fala de seus intelectuais orgânicos.

Dentre o conjunto de abordagens sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil, na conjuntura da Guerra Fria, nos penso o tema a partir de estudos da diplomacia cultural e das aproximações intelectuais (em acordos bilaterais de cultura, publicações, trocas de ideias e políticas de financiamento de pesquisa) entre os dois países. Tem crescido a abordagem sobre movimentos intelectuais transnacionais, em estudos sobre redes, trajetórias e acordos. Nesse circuito, personagens ligados com a ação americanista no terreno da direita brasileira ainda precisam ser melhor conhecidos, especialmente na Bahia.

### **I - Da comissão técnica aos assuntos capitais: a disputa via imprensa sobre investimentos de governo, capitais privados, indústria, extração e agricultura**

A imprensa é, para Antônio Gramsci um intelectual e um partido, uma vez que corrobora com versões de disputa de hegemonia, entendimentos divergentes da condução dos processos capitais de investimento, como pode abrir espaço para as contradições da volatilidade da própria noção a ser disputada nesse espaço. A imprensa ainda é, por excelência, um dos principais aparelhos privados de hegemonia, ampliando, para o escopo da sociedade civil, a viabilidade de conflitos entre narrativas a respeito das lutas de classes (SILVA, 2005). Por essa razão, indicarei algumas passagens de noticiários como O Jornal, Correio da Manhã e, mais adiante, na próxima sessão do texto, o A Tarde. Os protagonistas dessa análise estariam fazendo pressão também por perspectivas que poderiam não ter sido atingidas, quer dizer, dissidentes, ou de enfrentamento às posturas que poderiam estar se tornando a diretriz de governo. Aqui, não estou analisando necessariamente os editoriais de cada um, mas posicionamentos explicitamente



vindos de correntes que possuíam um espaço de diálogo e de disputa de narrativas. Entre elas, estariam os setores situacionistas e apoiadores da Política Externa empreendida pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, como aqueles que se dispuseram em contrariedade, seguindo articulações próprias.

Felipe Loureiro (2020) indicou que, como sabemos, outras missões foram organizadas em períodos diferentes, como a Missão Cooke, em 1942 e a missão de abril de 1961<sup>iv</sup>. A palavra “missão”, segundo o autor, parece estar claramente fundamentada na postura diplomática de atuação em prol da defesa de uma noção de desenvolvimento subordinado. Seu estudo indicou que, os primeiros momentos da Missão foram uma abertura chave para a articulação de políticas de investimento posteriores, ainda que não houvesse correspondência entre um e outro.

John Abbink era técnico da Mc Graw-Hill, uma empresa editorial que teria distribuído informações a um número restrito de investidores no Brasil, sobre o andamento das missões, a partir de visitas que foram feitas em 1947, depois da assinatura dos tratados pelo presidente Truman<sup>v</sup>. Havia uma série de declarações que eram feitas por Abbink aos jornalistas sobre as garantias que seriam direcionadas ao capital privado, como também a leitura de uma necessidade de adequação das estruturas extrativistas no país, para melhor aproveitamento do petróleo. É um ponto de consenso, na bibliografia consultada, que as Políticas Externas dos dois países, em 1948, divergiram e as demandas não pareciam muito claras, principalmente para os intelectuais brasileiros que se envolveram nos levantamentos prévios de dados para as visitas norte-americanas. Depois das reuniões que ocorreram em 1948, só em 1951, já no Governo Vargas, algumas soluções para aproveitamento das relações entre os dois países foram empreendidas com nitidez.

Ressalte-se que a discussão sobre a fome era muito presente entre a diplomacia, que volveu as atenções para pesquisa a respeito de algumas ações para sanar as chamadas “questões sociais”. Sobre esse tema, Abbink, o enviado da Mc Graw-Hill, até indicou que poderia ser providenciado um auxílio emergencial de 100 milhões de dólares, mas isso foi algo que não parece ter sido encaminhado. Parecia que havia ficado explícito para Abbink que os objetivos eram eliminar as restrições de ordem legal para a entrada do investimento de capitais diretos no Brasil, como do grupo ligado à *Hanna Company* (empresa mobilizadora das viagens ao Brasil).

Enquanto não se sustentavam ideias em comum, a agitação brasileira entre os empresários era para entender como as equipes funcionariam nas primeiras reuniões, quais os representantes que iriam para os Estados Unidos, quais os representantes que viriam para o



Brasil e quais os critérios para essa movimentação. O Jornal, do Rio de Janeiro, tentou fazer uma crítica às incertezas, principalmente por julgamento dos governos Vargas e Dutra. O Jornal sugeriu uma despreparação por parte da presidência em organizar o grupo e compor a comissão, que seria mista, já que a Missão de visitas ocorreria na primavera daquele ano<sup>vi</sup>.

Segundo Gerson Moura (2012, p.224), a conjuntura de crise, de escassez e de carestia sugeriu mudanças de postura. Houve um interesse em organizar a exploração de minerais, através de novas ações jurídicas, no pós-guerra e a montagem da comissão “mista”, para muitos, veio na complementação da Missão Cooke, de 1942, com um caráter de renovação das relações entre os dois países, enquanto o Brasil era visto como parceria importante no continente<sup>vii</sup>. A ideia da bilateralidade fomentou a ação de uma parte importante dos empresários brasileiros que se engajaram nessas políticas. É importante destacar que, apesar de muito próximas na forma, as “Missões” estavam ligadas a conjunturas políticas alternadas da diplomacia externa do governo norte-americano para o continente. Enquanto a primeira pareceu avaliar as questões do “desenvolvimento” e da industrialização, segundo Gerson Moura, a segunda não tratou dessa questão, apresentando um panorama onde era mais provável que a ajuda aparecesse em setores pontuais de obtenção de lucros pelos norte-americanos. Essa diferença, portanto, vincula-se ao fato de que, enquanto o governo F. Roosevelt tratou o tema através da defesa da oferta de suporte técnico para que o empresariado brasileiro encontrasse algumas políticas de mobilização de seus (próprios) capitais, o governo de Truman instituiu uma nova política, na Guerra Fria. A Missão Abbink ocorreu justamente nesse contexto de virada de perspectiva para a América Latina. Era importante então, fazer parcerias com setores específicos, e deixar que o empresariado e líderes do comércio norte-americano encontrassem suas saídas particulares de imissão no território.

As propostas da Missão de Abbink eram, tanto teoricamente quanto na prática, um passo atrás se comparadas às da Missão Cooke, de seis anos antes (Capítulo III). Ainda que não inteiramente aprovada pelo Departamento de Estado, a Missão Cooke havia feito algumas recomendações ao governo estadunidense sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, enquanto a Missão Abbink cuidadosamente evitou discutir o problema. A Missão Cooke falava a linguagem da política da “Boa Vizinhança”, enquanto a Missão Abbink conformava com o ideal de Truman de um “hemisfério fechado”<sup>viii</sup>.

Alguns passos da trajetória de Abbink, seu representante principal, revelam ainda mais esse perfil. Abbink era presidente do Conselho de Administração da Mc Graw-Hill e vice-presidente da Câmara Internacional de Comércio dos Estados Unidos. Chegou no Rio de Janeiro no dia emblemático de 7 de setembro, via Navio com o nome de Brasil<sup>ix</sup>. Enquanto corriam as

notícias da iniciativa brasileira pelos preparativos, o anfitrião pomposo teve de lidar com uma visita que parecia muito mais despreziosa e as expectativas pareciam muito desiguais. Mr. Abbink não pareceu muito preocupado em estabelecer uma rotina de trabalhos com a comissão montada no Brasil, na verdade ainda incompleta nas vésperas da chegada dos norte-americanos. Mais uma vez interessado em atacar a dinâmica de trabalho da presidência, O Jornal alertou para esse “despreparo” e indicou que fossem tomadas como base as ideias defendidas nas diretrizes feitas em 1939, na Conferência dos Interventores. Logo que a comissão foi formada, foi designada a trabalhar com a equipe norte-americana no Ministério da Fazenda. Mas nesse momento, Abbink e os outros homens trataram os brasileiros com algum desdém. Os encontros foram feitos à frente do Ministério e nenhuma reunião efetiva ocorreu além de alguns cumprimentos<sup>x</sup>. É claro que essa opinião reflete também a postura particular do situacionista O Jornal, ciente de que caberia à organização de cada setor da economia a sua apresentação pública frente à Comissão Americana. De todo modo, o tom colonialista, imperialista soou forte na observação dos anfitriões com os vizinhos ricos.

Do Brasil, foi enviado inicialmente ao encontro com os técnicos norte-americanos, o senhor João Daut, encarregado de representar a comitiva de técnicos brasileiros e de apresentar alguns estudos prévios. Daut, inclusive, defendeu que o despreparo não era real como estava sendo noticiado na imprensa, pois teria havido, segundo ele, estudos anteriores, juntamente com preparativos no âmbito da representação de sindicatos, como o SENAI, o SESC e o SENAC. Daut foi acompanhado de Gileno de Carli, Joaquim de Campos Sales, Newton Araujo Pereira e negou a existência de improvisos. Essa inclusive parece ser a postura de Otávio Bulhões, no posterior relatório da Missão: não houve desarranjos, mas eram os brasileiros que não haviam compreendido o caráter do governo Truman. Nesse momento crítico, ficou visível que, do lado brasileiro, houve sim uma programação para lidar com as investidas dos acordos e para a ida dos brasileiros à Chicago<sup>xi</sup>. Quando o navio da Moore Mc Comarck chegou, a comitiva brasileira aguardava com algumas dezenas de pessoas, dentre elas os representantes da coordenação dos trabalhos, com 40 pessoas, como João Carlos Barreto, general, Pedro Brando, idem, Otávio Guinle, Anápio Gomes, Raimundo Castro Maia, daqueles que pudemos anotar dos registros de O Jornal.

A estes, incomodou o fato de que Abbink não deixava muito explícitos os interesses norte-americanos e reforçou-se, do “lado” brasileiro, a indicação de aquisições a serem feitas na indústria e nos transportes, uma vez que os anteriores esforços de Guerra teriam deslocado

os holofotes desses setores. Anteriormente, o apoio do Brasil na Guerra também incluiu o fortalecimento de uma produção nacional de substituição de importações. No final das contas, o conjunto das narrativas mostra que, no Brasil, esses homens acabaram enumerando uma quantidade enorme de representantes para a Comissão, talvez para tentar contemplar a quantidade ainda maior de esperanças em uma associação com os norte-americanos em diversos setores. No Brasil, se criou interesses pelos fundos, no suporte potencial que oferecesse alguma segurança da parte dos capitais dos Estados Unidos, via bancos internacionais, mas da parte do Departamento de Estado, a proposta era mover condições para que houvesse um melhor trâmite do capital via mobilização privada. Dentro da equipe das representações, por exemplo, viu-se que ficaram “dentro” os “técnicos” que indicaram suas pesquisas sobre os potenciais naturais do país, enquanto ficaram de “fora” os congressistas interessados no debate.

Não podemos esquecer ainda que Marshall havia declarado em Bogotá que a prioridade do governo Truman nesse tipo de investimento mais direto seria a Europa, com suporte para a recuperação de Guerra e que houve um recuo de Abbink, como do embaixador Hersehel Johnson, no trato com as perspectivas que vinham sendo questionadas pela imprensa, quando buscou mostrar que a Comissão seria por isso mesmo mista e bilateral, esfriando um pouco a movimentação brasileira.

No relatório de Otávio Gouveia de Bulhões, ele defendeu que o importante era buscar a iniciativa privada, enquanto o papel do Estado seria o de coordenar. Bulhões fez menção ao item 5 de discussão das equipes sobre a questão agropecuária: “a ênfase dada à produção agropecuária provocou uma reação sem qualquer fundamento, apenas porque se quis ver, nessa atitude, uma restrição ao processo evolutivo da nossa indústria”<sup>xiii</sup>. Para ele, deveria haver uma “flexibilidade” na expansão agrícola, o que fundamentaria elementos de resolução da crise inflacionária; seria necessário para os representantes discutir medidas de organização de uma estabilidade financeira, passo considerado crucial por Bulhões para o acesso aos créditos e investimentos que foram listados anteriormente pela comissão brasileira. Uma das razões é que o setor industrial, representado na comissão por Evaldo Godi, solicitou empréstimos de 600 milhões para a instalação de infraestrutura para a indústria. A impressão é que o relatório se dirigiu, nesse sentido, para explicar o motivo pelo qual os norte-americanos pareceram recuar do processo: em parte, porque os brasileiros terminaram fazendo acréscimos e observações equivocadas, em outra, porque havia divergências de entendimento sobre o papel atribuído ao Estado frente à contração de créditos ou apenas atuando para a “coordenação” das medidas.

Mas em geral, Bulhões mostrou diversas alternativas de geração de fundos e de critérios para acesso a esses fundos, a partir da bilateralidade que envolvia a sua perspectiva das relações com o capital norte-americano.

Nesse ponto tratamos das questões da divergência de entendimentos a respeito da direção dos capitais. Cientes de que teriam de se mobilizar para concorrer com essa aproximação norte-americana, as classes dominantes no país começaram a disputar, dentro dos debates, o melhor destino do emprego das metas pelos empresários e banqueiros do país “parceiro”. Passada a fase do estranhamento e das surpresas, a partir de 1949, vários setores já projetaram amadurecer seu olhar a respeito do tema. Depois daquele evento do feriado de 7 de setembro de 1948, os anfitriões perceberam que, enquanto o Brasil falava de desenvolvimento de parque industrial, a comissão trazia, por exemplo, o vice-reitor da Universidade da Geórgia, Harry L. Brown, que já havia sido assessor do secretário de agricultura e ampliava as pesquisas para uma diversidade de setores. O que esse grupo representava? Como vimos, a comissão foi até o Ministério da Fazenda e não fez uma reunião formal, mas um encontro breve, uma visita<sup>xiii</sup>. Já finalmente reunidas, as comissões (técnicos e representantes de classe), explicitaram porque alguns setores da economia deveriam receber os “investimentos” e defenderam as áreas correspondentes, como o extrativismo, as soluções de exploração da Amazônia, madeira, óleos vegetais. Diversos eram os debates que passaram a surgir sobre os potenciais econômico no país e avanço de capitais privados.

Convocado a opinar sobre o tema, Nelson Rockefeller declarou que não possuía nenhuma relação com a Missão Abbink e nem mesmo o governo dos Estados Unidos naquele momento. Defendeu que a base da industrialização do Brasil seria uma associação entre os capitais privados e a agricultura e que a Missão referida estava movida por interesses empresariais. “Em plena atividade”, Rockefeller visitou áreas rurais e instruiu a organização de companhias “A primeira dessas companhias desenvolverá a produção de variedades de milho norte-americano. A segunda para auxiliar a produção de bovinos, criando, para isso, diversas fazendas, com todos requisitos necessários com a profilaxia e estudos científicos”<sup>xiv</sup>. Veremos que a postura de Rockefeller se pareceu bastante com a concepção de Thales de Azevedo sobre a Bahia.

Logo em 22 de setembro, Mario Bitencourt Sampaio escreveu uma carta de demissão ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, que não a aceitou. Sampaio, diretor da DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, revelou que havia estabelecido metas no PLANO SALTE, para “recuperação” da economia e se viu surpreso com os trabalhos dirigidos

em comissões que se voltaram apenas para as iniciativas do capital privado e não de “governo a governo”. Dutra retribuiu, afirmando que despejava total confiança na continuidade dos planos dirigidos por Sampaio e que as comissões estariam trabalhando sob conhecimento pleno do governo (da presidência)<sup>xv</sup>. Essa discussão revela a percepção clara da política de Estado (governo estrito senso) compreendida pelos agentes ligados então na presidência com Dutra, mas também uma movimentação muito clara dos trabalhos do empresariado e dos técnicos liberais e americanistas em aderir aos investimentos indicadores de que comissões e grupos de formação técnica apenas *ampliavam* o próprio Estado, articulando dentro da sociedade civil os seus interesses, enquanto eles não estariam plenamente gestados dentro da presidência. Dutra, por sua vez, quis mostrar que possuía controle sobre as relações da comissão com a Política Externa norte-americana, evitando desconfortos entre os Ministérios e as reuniões que estavam acontecendo.

Por outro lado, as disputas de “patriotismos” envolveram noções díspares de uma vertente americanista mais ligada economicamente com uma aposta de conexão de capitais: Os Estados Unidos, pela via da ação de Truman, no Título IV, foram vistos como parceria que poderia aplicar diretamente capitais em áreas estruturais, liberando fundos para as ferrovias ou o fornecimento de energia elétrica. Entendido como sendo um parceiro no fornecimento de capitais privados, finalidade essa que levou muitos setores a elencarem áreas consideradas potenciais e abertas a uma conexão mais direta com os mesmos, disputaram-se noções de “progresso” econômico entre as representações de classe empresariais da indústria e ligados à agricultura.

A Comissão de Desenvolvimento Agropecuário previu a construção de matadouros e frigoríficos, por exemplo. Enquanto isso, a impressão que se tinha era a de que a Conferência de era uma conferência de brasileiros. Seus anfitriões norte-americanos não tiveram, portanto, o mesmo interesse e nem se escalaram para celebrar a chegada dos brasileiros, mas fizeram reuniões formativas, onde coletavam também informações. As discussões ocorridas e as demandas levantadas por ambas as partes pareciam representar apenas os interesses da comissão brasileira nos Estados Unidos, pois, vias de fato, as pessoas foram às reuniões em Chicago mais para se preparar, receber instruções, do que para indicar o que fazer<sup>xvi</sup>.

As comissões, depois dessas visitas, indicaram como problemas a questão salarial, a normalização da legislação trabalhista, a defesa da política de capitais privados. Essa discussão aparece com mais detalhes no Correio da Manhã. Já de acordo com matéria do Jornal do

Comércio, o próprio Departamento de Estado foi enfático ao dizer que a intenção das visitas era facilitar o fluxo do capital, colocando a discussão toda, feita por O Jornal como uma falsa polêmica<sup>xvii</sup>. No Correio da Manhã, notamos uma perspectiva muito mais realista da motivação da integração das atividades das missões. Os brasileiros, em Chicago, pretenderam acompanhar palestras que lhes preparassem e, sem mencionar os membros, o jornal afirmou que alguns avaliavam apenas a utilização de capitais em áreas “de real utilidade”, como os silos e armazenagem e ainda, no fortalecimento da rede de frigoríficos e da lavoura<sup>xviii</sup>.

Essa foi a tendência que se aproximou bastante daquele que foi o objeto de discussão na Bahia. A maior parte dos resultados imediatos da própria “Missão” foram avaliações sobre a situação da economia no Sudeste. Porém, um ponto que pode ser analisado é como as expectativas de tratamento de frigoríficos e outras ações voltadas para o abastecimento tiveram destaque nas comissões, já que mobilizava a maior parte da classe dominante no país, inclusive os proprietários da Bahia. Como ocorreram inúmeras discussões acadêmicas no âmbito de 1948, as reuniões intelectuais resultaram muito provavelmente em indicativos de metas de investimento e alteração dos padrões técnicos da agricultura brasileira, considerada “atrasada” – como a entrada de impérios multinacionais de fertilizantes – e a discussão a respeito da tributação e da administração pública, tida como um imperativo que travava a entrada e a inversão de capitais com o país. Um conjunto de “recomendações” encontradas nos relatórios lidam com essa perspectiva.

## II – As expectativas de intelectuais baianos: o americanismo

Saindo da esfera sudestina, os estudos elaborados da parte dos intelectuais brasileiros, para indicar o modo de empreender esses empréstimos e suportes, oriundos dos acordos com os Estados Unidos, já mostraram que encontramos nomes de homens como Rômulo Almeida (1914-1988) e Inácio Tosta Filho (defendendo posturas de planejamento que, por vezes se mostravam cautelosas e discordantes da completa crença em uma ideia de ajuda “mútua” (CASTRO, 2010). O pouco explorado relatório de Joaquim Inácio Tosta Filho, que deu suporte no governo Otávio Mangabeira (de 1947-1951) com um estudo do tema, a respeito da Missão de 1948, um sujeito que inclusive anteriormente prestou assessoria para planejamento, no governo de Getúlio Vargas, também pode apontar a divergência sobre a Política Externa. Seu relatório tem diálogo com os planejamentos para recuperação da zona cacauífera (algo que ficou



na expectativa para as classes dirigentes na Bahia, diante da movimentação dos agentes da Missão em outros setores). A postura de suas divergências pode estar de acordo com o Plano de Ação Econômica para o estado da Bahia (Seção B do volume II) elaborado por Inácio Tosta Filho para o Instituto de Cacau da Bahia., que está disponível no arquivo de Juracy Magalhães, de 1948<sup>xix</sup>.

Os pontos de oposição presentes nas opiniões que chegaram ao público, sobre a Missão Abbink, envolvem elementos de discordância, entre padrões agraristas, como também o destaque do antiamericanismo patente entre os intelectuais de esquerda que denunciavam o caráter dos acordos que estavam sendo estabelecidos, mas não só. Esses pontos de desacordo definiram limites da tratativa por parte do governo brasileiro com as visitas dos norte-americanos e determinaram quais os setores empresariais que conseguiram um nome nas representações dentro da comissão e de seus encontros.

Em um noticiário como O Momento, o jornalista Rafael Correia de Oliveira, que era vice-presidente do Conselho Nacional de Defesa do Petróleo, comparou a vinda de J. Abbink à chegada de D. João VI. Oliveira era uma das vozes que soavam contrárias e desconfiadas das ações, no campo da esquerda. O colunista publicou que

Um brasileiro que considero dos mais dignos e (...ilegível) já me afirmou sobre a vinda da missão Abbink, os americanos não deram, não dão e não darão nada ao Brasil, a não ser em troca de concessões onerosíssimas. Os Estados Unidos são atualmente governados por uma equipe de grandes comerciantes e grandes industriais<sup>xx</sup>.

Na Bahia, no início da Guerra Fria, a gestão de Otávio Mangabeira e Carlos Valadares (1947-1951) se organizou pela via da direção da UDN – União Democrática Nacional e se fortaleceu através da tentativa de criar alianças no interior do território do estado e mesmo entre oposições na capital, Salvador, junto ao PSD (inclusive partido representado na aliança pelo feirense – nascido em Feira de Santana - Carlos Valadares). As mobilizações da Secretaria de Educação e Saúde daquela gestão, em prol da aproximação com ações bilaterais, através do Programa de Estudos Sociais Estado da Bahia, o convênio com a Columbia University (1950), foram indicativos do vínculo das ações de Otávio Mangabeira com a Política Externa norte-americana. Essa atuação se consolidou com aproximações intelectuais e privadas construídas no âmbito da diplomacia cultural e de ações agroexportadoras diretas, no intuito de potencializar as iniciativas vindas da assinatura do acordo do Título IV – De Truman<sup>xxi</sup>. Ou



seja, defendo que o governo de Otávio Mangabeira e seus parceiros de classe orientaram a postura de acordos bilaterais a partir de seu know-how, elaborado por contatos acadêmicos e outras instâncias, que projetavam a Bahia no cenário internacional. Thales Olympio Góes de Azevedo se vinculou diretamente a esses projetos e, ao mesmo tempo, construiu uma avaliação bastante cautelosa quanto ao modo de intersecção nos investimentos entre Brasil e Estados Unidos, especialmente se tratando da Bahia. Destacaremos alguns momentos em que é possível observar essa postura.

Listamos aqui o texto “Planos Econômicos para a Bahia”, de Thales de Azevedo e “O Problema Econômico da Bahia, de Inácio Tosta Filho”<sup>xxii</sup>. Consideramos que essa seja uma construção de opinião em espaço da imprensa, no qual esses homens buscaram apontar sua versão sobre os acontecimentos, a partir de um viés americanista. Além disso, o texto “Lavoura ou Industria”, de Pimentel Gomes, pode ser também avaliado. No momento em estudo, Inácio Tosta Filho teve como função a elaboração de um relatório técnico, que servisse de suporte para o governo da Bahia, para avaliar as condições da tratativa do governo brasileiro com os Estados Unidos. Tanto ele, quanto Thales de Azevedo, explicitaram em palestras, das quais encontramos resumos que, para encarar um projeto de industrialização da Bahia, era necessário antes tratar da sustentação da agricultura. Inácio Tosta Filho tinha uma relação clara com o setor cacauero, que viveu crise produtiva até 1954, como também Thales de Azevedo se posicionou, nesse contexto, em favor de que setores considerados “tradicionais” fossem inicialmente avaliados. Essa seria uma tese defendida pelo Chanceler da Unesco, no México, Jaime Torres Bodet (1902-1974), que era diretor geral da UNESCO, instituição com a qual Azevedo se relacionava intensamente nesses anos e desde que assumiu os projetos da UNESCO na Bahia juntamente com Charles Wagley<sup>xxiii</sup>.

Thales de Azevedo defendeu, naquela ocasião, sobretudo a observação da pequena produção manufatureira no interior do estado da Bahia e a melhoria da produtividade agrícola, antes de reflexões sobre uma “industrialização” que lhe pareceu abstrata<sup>xxiv</sup>. Na época, o antropólogo já se articulava com Charles Wagley e Luís A. Costa Pinto, antropólogo e sociólogo, na montagem do Programa de Estudos Sociais Estado Da Bahia – Colúmbia University, um projeto que designou especialistas para levantar informações sobre localidades do estado, delimitadas por um esquema de divisão por territórios de estudo, dadas situações de ocupação, economia e cultura.

Assim como ele, Inácio Tosta Filho escreveu que seria mais importante aprofundar uma recuperação agrícola antes de pensar em ações industrializantes. Já Pimentel Gomes, que era especialista em estatística, direcionou sua postura para mostrar que havia um modelo tipicamente colonialista de trato com a economia da periferia, a economia baiana. Não seria mais interessante, perguntou ele, tratar o modelo norte-americano como referência, ao invés de a ele se submeter? Entre os três, podemos dizer que Tosta Filho visou a recuperação da exportação primária, enquanto Thales de Azevedo buscou equilibrar a ideia de fomento da agricultura de beneficiamento ou de mediação com um mercado consumidor interno na indústria, uma indústria conectada com essa mesma produção interna. A noção americanista de Thales de Azevedo se aproximou bastante da visão que enxergou no modelo norte-americano de produção uma complexa rede de articulação entre a produção e a sociedade, consumo e conduta. Thales de Azevedo tinha em mente algo muito semelhante às noções de Pimentel Gomes, a de replicar um modelo e não construir uma submissão ao mesmo. Por outro lado, Pimentel Gomes foi além em sua crítica, deixou notória essa abordagem, observando que desenvolvimento mesmo ocorreria nos Estados Unidos, na União Soviética e na Europa, uma vez que a economia era conectada com a distribuição agroindustrial no território<sup>xxv</sup>. A percepção de um americanismo associado à repetição de padrões norte-americanos, o próprio americanismo em si, na acepção gramsciana do termo, como estrutura de produção, aceleração das relações capitalistas de produção e mudança de mentalidade, cultura e comportamento (GRAMSCI, 2017).

Se estamos falando de alguns “baianos”, para tratar do campo da esquerda, assim como as críticas anti-americanistas de Carlos Prestes ficaram conhecidas no Parlamento, apesar de ser aliado ao governo Dutra, cinco dias depois do encontro dos brasileiros com os visitantes norte-americanos no Rio, Mariguella publicou um texto na revista mensal Problemas: o então deputado versou sobre a condição ampliada da Missão, de caráter “imperialista”:

Mr. Abbink não visita o Brasil em caráter particular. Recebeu uma incumbência do governo de Truman, que é o representante dos grandes trustes e monopólios ianques. Foi o governo americano quem nomeou essa Missão, uma autêntica Missão americana, que só os mais descarados lacaios do imperialismo ainda pretendem disfarçar como comissão mista brasileiro-americana. A orientação que ela vem seguindo é, portanto, a do governo americano, não podendo haver diferença entre os objetivos que a Missão Abbink persegue e as declarações feitas por Snyder e Mc Cloy no Rio, Marshall em Quintandinha ou Pawley em Bogotá.<sup>xxvi</sup>

Foi também Mariguella quem criticou a imprensa e O Jornal, pelas suas posições, quando declarou que aquele era “Um órgão da imprensa reacionária, insuspeito como ‘O Jornal’, em sua edição de 22-7-48, ao anunciar a vinda da Missão americana, procurava saber até que ponto sua presença entre nós poderia resultar na satisfação das necessidades econômicas do Brasil”<sup>xxvii</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos de indicativos dessas Missões do capital norte-americano no Brasil, para o caso da Bahia, fortaleceram as iniciativas promovidas por agentes intelectuais, que visaram interagir com as relações diplomáticas de modo a potencializar os contatos já estabelecidos e continuar angariando o *status quo* dessa presença para instrumentalizar ainda mais os estudos que já vinham sendo feitos, como se houvesse um caminho particular, por fora da política de governo a governo. Toda essa discussão ainda se remete ao modo como o Planejamento, na Bahia, foi incorporado a uma tendência capitaneada por Manuel Pinto de Aguiar, empresário, intelectual orgânico, dirigente de classe, preocupado em investigar a economia e movimentar o cenário cultural em prol de publicações que respondessem a essas necessidades.

Nos anos 1950, as discussões sobre as Usinas de Açúcar, o planejamento, sobre o estabelecimento de uma saída endógena para o crescimento da economia do estado, ao invés do simples atrelamento com a exportação, além do mercado consumidor, urbanização, modernização, foram temas que ganharam fôlego no debate do “enigma baiano”. Aqui, para esse espaço, ficamos apenas com a indicativa de que houveram outras reflexões sobre o desenvolvimento, que se fortaleceram como respostas também americanistas à demanda vinda dessa política “bilateral”. Foi preciso refletir, indicar metas, intervir em um contexto no qual a Bahia não aparece como “convidada” direta, mas cria saídas interpretativas, com um viés de classe que via muito mais uma ampliação do Estado, no sentido gramsciano, do que a incorporação direta de suas diretrizes na política do governo.

Logo após esses episódios, em 1950, Thales de Azevedo esteve à frente de um Programa de estudos muito particular, além da formação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência no Estado da Bahia. Assim

Ao fundar uma agência especial para os trabalhos de financiamento e incentivo à pesquisa (a FDC-Ba), responderam a um movimento internacional de expansão do americanismo via cultura, mas sobretudo, criaram uma agência própria para isso. Assim, conseguiram unificar pesquisa, publicação, produção de memória e respostas rápidas para as necessidades do governo da Bahia no âmbito da Secretaria de Educação e Saúde (PACHECO, 2021, p.80).

A iniciativa dos intelectuais baianos foi uma das primeiras, nesse sentido, no continente, a responder com uma proposta de intercâmbio, aos movimentos de acordos oriundos da Guerra Fria para o campo das pesquisas científicas, apresentando demandas próprias. Esse contexto foi posterior a uma mudança no trato com a diplomacia externa norte-americana, que saía da articulação movida principalmente por agências privadas, para acompanhar o americanismo, frente ao Estado, com propostas que indicassem suas prioridades.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. 1950-1988. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011
- BOAVENTURA, Edivaldo. **O planejamento na Bahia de 1954-1964**. Revista Universitas, S.L., n. 5, 2007. p. 113.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**; tradução Mariza Correa – Campinas, Editora Papyrus, 1996.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bitencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs). **Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.
- CASTRO, Marcial Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o Planejamento Econômico na Bahia**. (1955-1961), Universidade Federal da Bahia, 2010.

GOMES, Nathália Candido Stutz. **A comissão Mista Brasil e Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) à luz do Programa Ponto Quatro (1949) do Governo Truman.** Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 17, n. 1., 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel** - Notas sobre o Estado e a política. Volume 3. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Volume 4., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais. O Princípio Educativo.** Cadernos do Cárcere. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2001.

LOUREIRO, Felipe. **A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart.** Ajuda Econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia brasileira no Brasil pós-guerra. São Paulo, UNESP, 2020.

MAIO, M. C. **Estudos de Comunidade e relações raciais:** o convênio Columbia University–Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950. Cadernos de Campo, n. 18, p. 1-354, 2009.

MOURA, Gerson. **RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 1939-1950.** Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. FUNAG, Brasília, 2012.

OLDEN, Herman e PHILIPS, Paul. **The Point Four Program.** Science e Society. V. 16, N. 3, Guilford Press, 1952.

PACHECO, Larissa Penelu B. **Redes de Intelectuais e Intercambio brasilianista;** A trajetória de Rollie Edward Poppino como historiador. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

PEREIRA, Claudio e SANSONE, Lívio. **Projeto Unesco no Brasil:** textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007.

RIBEIRO, Tiago. **Das Missões à Comissão. Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948).** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SANGIOVANNI, Ricardo. **A cor das elites:** questão racial e pensamento social através da trajetória intelectual de Thales de Azevedo. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africano. Universidade Federal da Bahia, 2018.

SHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão.** Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. São Paulo: EDUSC, 2000.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2022).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História; Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

SILVA, Matheus Mendonça e. **A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico: os projetos para o setor ferroviário (1948-1954)**. Universidade de Brasília. Trabalho de conclusão de curso, Graduação de História, DF, 2018.

## Notas

<sup>i</sup> Esse artigo é um desdobramento inicial do projeto de Pesquisa **Rollie E. Poppino, Manuel Pinto de Aguiar: atuação intelectual na Bahia durante a Guerra Fria (1950-1989)**, de autoria de Larissa Penelu B. Pacheco, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana, junto ao Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais, cadastrado na Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - UEFS, resolução CONSEPE 086-2022.

<sup>ii</sup> O cenário apontado por Shoultz (2000) foi o de uma interpretação, da parte da América Latina, de que haveria uma espécie de Plano Marshall para os países vizinhos dos Estados Unidos, o que não ocorreu. O Secretário de Estado George Marshall teria deixado claro, em seus pronunciamentos que, ao invés de acordos e tratados diretos de ajuda, os Estados Unidos tratariam com a América Latina a partir do capital privado.

<sup>iii</sup> Aqui compreendida como conjunto de diretrizes de desenvolvimento da produção associadas à compreensão do modelo capitalista dos Estados Unidos, somado a um conjunto de valores anticomunistas. Os intelectuais aqui apontados defenderam uma relação de não subalternização ao expansionismo dos Estados Unidos do pós-Guerra.

<sup>iv</sup> Essa missão, do FMI, foi fundamentalmente construída pelo Ministério de Clemente Mariani, durante o governo Kennedy. A ideia, segundo ele, era que o Brasil contraísse empréstimos diretamente do FMI.

<sup>v</sup> PEREIRA, Evaldo Simas. O jornal do Rio de Janeiro, edição 8.662, sábado, 24 de julho de 1948, página 8.

<sup>vi</sup> O Jornal, do Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 de agosto de 1948, edição 8.685, páginas 1 e 8.

<sup>vii</sup> “Para rever as relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos e demonstrar a preocupação estadunidense com os problemas econômicos brasileiros, o governo Truman mandou, em setembro de 1948, uma missão econômica ao Brasil, apenas um ano depois dos diálogos Dutra-Truman na Conferência do Rio. A missão era chefiada por John Abbink, presidente da McGraw Hill International e membro proeminente do poderoso Conselho Nacional de Comércio Exterior, e foi oficialmente chamada de Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos. Abbink recebeu orientação muito precisa do Departamento de Estado quanto aos objetivos e tarefas da missão, que afirmava que deveriam ser analisados “os fatores no Brasil que estão tendendo a promover ou atrasar seu desenvolvimento econômico”. “Deveria prestar atenção em particular aos seguintes pontos: 1) recursos naturais e de capital; 2) disponibilidade de mão de obra, particularmente de mão de obra qualificada; 3) problemas bancários e fiscais; 4) problemas relacionados ao comércio interno e internacional; e 5) a posição do Brasil na economia mundial. A Missão Abbink também recebeu instruções precisas de ‘considerar medidas projetadas para estimular o fluxo de capital privado para o Brasil... onde for apropriado.’” (MOURA, 2012, p. 224).

<sup>viii</sup> Idem, p.225.

<sup>ix</sup> O Jornal, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1948, n 8686, p. I.

<sup>x</sup> O Jornal criticou a falta de providência e o “desaparelhamento” da parte do governo brasileiro para receber os americanos e sua “boa vontade”, mas a verdade é que o próprio o via com desconfiança (dúvida). “Deplorável Imprevidência”. O Jornal, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1948, p. 4.

<sup>xi</sup> “Não foi improvisada a delegação das classes produtoras ao conclave de Chicago”, O Jornal, 24 de agosto de 1948, p. 8.

<sup>xii</sup> BULHÕES, Otávio Gouveia. À Margem de um relatório; texto das conclusões da comissão mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink), 1950), p.14.

<sup>xiii</sup> “Primeiro contacto da Missão Abbink com o Min. Da Fazenda”, O Jornal, 10 de setembro de 1948, página 2.

<sup>xiv</sup> “Extensão ao Nordeste e Norte dos planos de recuperação agrícola do sr. Nelson Rockefeller”, O Jornal, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1948, p. 2.

<sup>xv</sup> “Apoio do Presidente da República ao Diretor Geral do DASP”, O Jornal, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1948, p. 2.

<sup>xvi</sup> ‘A Atuação brasileira na conferência de Chicago’. Correio da Manhã, 21 de outubro de 1948, p.3.

<sup>xvii</sup> “Estudarão o desenvolvimento industrial do Brasil”. Correio da manhã, 21 de agosto de 1948, p.2.

<sup>xviii</sup> “Chegou Ontem, a Missão Abbink que vem estudar com os técnicos brasileiros os problemas técnicos financeiros”. Correio da Manhã.8 de setembro de 1948, p. 2.

<sup>xix</sup> “Em 1948, Inácio Tosta Filho, que tivera atuação acentuada no programa das autarquias, supervisiona outra tentativa de programação para o Governo Otávio Mangabeira, promovendo algumas análises teóricas e tentando a



esquemática de indicações prioritárias, através de um documento em três volumes, denominado Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia, o qual não mereceu a receptividade a que fazia jus, mantido sem aplicação, desconhecido inclusive da maioria dos baianos (1)”. (BOAVENTURA, 2007 p. 113).

<sup>xx</sup> OLIVEIRA, Rafael Correia de. Onerosíssima, a Missão Abbink; O Momento: diário do povo, Bahia, terça-feira 31 de agosto de 1948, edição 785, página 1. Tal postura foi apontada na documentação do Departamento de Estado, segundo pesquisa de RIBEIRO, 2012. Ribeiro indica que a criação do Banco Central foi uma das iniciativas previstas pela Missão, mas esse só veio a se efetivar em 1964.

<sup>xxi</sup> De acordo com Olden e Philips (1952) o Título IV teve, assim como outras políticas imperialistas norte-americanas, o objetivo de fixar bases para a expansão do capital do país, buscando ampliar atos de aproximação com áreas promissoras para a exportação. Esses autores denunciaram a promessa de parceria do governo Truman no pós-Guerra, que transmutava os interesses de fomento de uma nova arrecadação de dólares durante a Guerra Fria. OLDEN, e PHILIPS, 1952, p. 223. Outra condição que a política externa norte-americana expunha, nesse contexto, era a criação de saídas que apontassem para alguma melhoria em condições de vida que deslocasse as lutas sociais das políticas de esquerda. As ideias do secretariado de Dean Acheson se voltavam também para uma Guerra Fria que indicava o apoio do liberalismo e da democracia norte-americanos a ações que se voltassem para a melhoria da situação “das massas”.

<sup>xxii</sup> FILHO, Inácio Tosta. O problema econômico da Bahia. A Tarde, Salvador, Ano 37, 19 de janeiro de 1949, p.3.

<sup>xxiii</sup> AZEVEDO, Thales de. Planos econômicos para a Bahia. A Tarde, Salvador, ano 37, ex12569, 14 de janeiro de 1949, p.3.

<sup>xxiv</sup> Uma parte dessa argumentação se complementa no texto da tese PACHECO, 2021.

<sup>xxv</sup> GOMES, Pimentel. Lavoura ou indústria. A Tarde, Salvador, Ano 37, ex 12609, 26 de janeiro de 1949, página 3.

<sup>xxvi</sup> MARIGUELLA, Carlos. Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 13 – Agosto-Setembro de 1948. ([https://www.marxists.org/portugues/marighella/1948/09/politica\\_13.htm](https://www.marxists.org/portugues/marighella/1948/09/politica_13.htm)).

<sup>xxvii</sup> IDEM, IBIDEM.